



Em um momento em que a atenção da imprensa mundial se ocupa com a ecologia, com a defesa da natureza e de uma melhor qualidade de vida, parece oportuno tecer algumas considerações sobre o problema dos agrotóxicos na agricultura.

Atualmente, existe no Brasil um abuso na utilização de produtos químicos para controle de ervas daninhas, pragas e doenças, principalmente em hortaliças. Isto pode ser explicado em parte pelo fato das hortaliças terem ciclos muito rápidos e serem cultivadas de forma intensiva, além de terem um alto valor comercial, onde a aparência final do produto é extremamente importante. Por estes motivos, o horticultor dificilmente abre mão da aplicação de agrotóxicos, mesmo que os aplique sem necessidade imediata, de forma apenas preventiva. Não existem muitas maneiras de se escapar da pressão de mercado, dos vendedores e de outros produtores que adotam e preconizam este tipo de controle como sendo algo inevitável, um tributo a ser pago à modernidade. Assim, não são respeitadas regras básicas na manipulação e preparo destes produtos, tampouco na sua aplicação e na observância dos prazos de carência. Nesta sucessão de erros perdemos todos, produtores, técnicos e consumidores: há desperdício do produto químico e de mão de obra; contaminação do agricultor, dos alimentos e do meio ambiente; aumento dos custos de produção e resistência das pragas ao produto e sua posterior ineficiência.

Em uma situação tão extrema, o aparecimento de facções opostas, ra-

dicais, é encarado como natural e benéfico. E assim, de alguns anos para cá, vimos florescer e frutificar inúmeras associações e grupos ecológicos, alternativos, naturalistas, orgânicos e com outras denominações afins, com um objetivo comum: a produção de alimentos sem a utilização de agrotóxicos. Ainda é cedo para se avaliar a competência e a propriedade deste enfoque teórico-prático, uma vez que os resultados ainda são tímidos e muito recentes. Na verdade, não existem muitas recomendações práticas de métodos alternativos cientificamente comprovados passíveis de serem utilizados pelo agricultor ao se decidir por este tipo de produção. O que se vê mais comumente é a importação de soluções encontradas para problemas específicos em outros países, onde as condições são completamente diversas das nossas. É preciso descobrir nossos próprios caminhos e, principalmente, utilizar-se da ciência e de seu poder para comprovar teses empíricas e teórico-filosóficas. Sendo analisadas, julgadas e repetidas, essas poderão ser adotadas dentro de padrões e critérios aceitáveis.

Toda esta discussão polêmica tem um lado muito positivo, e já podem ser observadas algumas alterações importantes, vinculadas direta ou indiretamente ao choque destas duas correntes tão antagônicas, tais como: o banimento de produtos altamente tóxicos, já proibidos em outros países; as mudanças na legislação sobre agrotóxicos; o estabelecimento do receituário agrônomo; o lançamento de produtos mais seletivos e menos tóxicos pelas indústrias; a preocupação dos órgãos de pesquisa em avaliar a eficiência, estabelecer dosagens, frequência e períodos de aplicação; as pesquisas com outras formas de controle, como o manejo integrado, controle biológico, resistência genética; a maior conscientização de produtores, técnicos e consumidores sobre o assunto e o maior rigor na comprovação científica das recomendações alternativas.

Assim, na conjunção de todos estes fatores, esperamos encontrar a médio/longo prazo soluções mais racionais, harmônicas e baratas, e que viabilizem uma maior produção e de melhor qualidade; estas soluções devem ser divulgadas e a HORTICULTURA BRASILEIRA está de portas abertas para estes novos grupos. A qualidade da informação por eles gerada determinará seu próprio futuro. (Gilmar P. Henz)

Horticultura Brasileira, v. 1, n. 1, 1983 – Brasília,
Sociedade de Olericultura do Brasil, 1983 –

Semestral

Títulos anteriores: v.1-3, 1961-1963, Olericultura.
v.4-18, 1964-1981, Revista de Olericultura.

Não foram publicados os v.5, 1965; v.7-9, 1967-1969.

Periodicidade até 1981: Anual.

1. Horticultura – Periódicos. 2. Olericultura – Periódicos.
I. Sociedade de Olericultura do Brasil.

CDD 635.05

Programa de apoio a publicações científicas

